

JOSÉ RELVAS: UM POLÍTICO REPUBLICANO *JOSÉ RELVAS: A REPUBLICAN POLITICIAN*

VÍTOR NETO
vitormpneto@sapo.pt
Faculdade de Letras da UC/CEIS20

Texto recebido em / Text submitted on: 22/06/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 30/09/2016

Resumo:

José Relvas foi sobretudo um político e diplomata republicano que desempenhou funções importantes durante a vigência do regime. Ministro das Finanças do Governo Provisório realizou a reforma monetária que levou à criação do escudo como moeda do país. Embaixador em Madrid durante as incursões monárquicas, desenvolveu uma atividade significativa no campo das relações entre os dois países. Deputado e senador abandonou provisoriamente a política em 1915 refugiando-se na sua Casa dos Patudos em Alpiarça. Com o país dividido pela guerra civil, provocada pela Monarquia do Norte, em 1919, Relvas seria chamado a chefiar um Governo de concentração de todos os partidos republicanos para enfrentar as forças monárquicas, dissolver o Parlamento, repor a Constituição de 1911 e abrir caminho para uma negociação entre os partidos com vista a um compromisso. A sua estratégia consistia no afastamento do Partido Democrático do poder e na recomposição de uma direita republicana que devia governar depois da realização de eleições. Na oposição manter-se-ia a esquerda radical que poderia alternar o poder com os conservadores num sistema rotativista à inglesa. O seu projeto de acordo político falhou em virtude do velho sectarismo dos partidos. Sentindo-se isolado e chefiando um Governo com falta de poder acabou por se demitir em finais de Março de 1919.

Palavras-chave:

Política, república, partido político, conservadores, esquerda radical.

Abstract:

José Relvas was a republican politician and diplomat who fulfilled important functions within the regime. As the Provisional Government's Finance Minister, his monetary reforms led to the creation of the Escudo as the national currency. As ambassador in Madrid during the Monarchist incursions, he played a significant role in the relations between the two countries. Having also served as an MP, he temporarily abandoned politics in 1915, retiring to his home, Casa dos Patudos, in Alpiarça. With the country divided by the Civil War provoked by the Northern Monarchy, in 1919, Relvas was asked to head a coalition government comprised of all the republican parties in order to face the Monarchist forces, dissolve Parliament, reinstate the Constitution of 1911, and open negotiations between the parties in the hope of reaching a compromise. His strategy consisted in removing the Democratic Party from power and in re-establish a republican right that would govern after elections were held. In opposition, there was to be a radical left that could alternate power with the conservatives in a rotationist system derived from the British model. His plan failed due to old sectarian divides between the parties. Feeling isolated and leading a powerless government, he resigned in late March, 1919.

Keywords:

Politics, republic, political party, conservatives, radical left.

Como se sabe, as ideias republicanas começaram por ser sustentadas por uma vanguarda neo-iluminista nos anos 70 e 80 do século XIX e a sua popularização ocorreu nos três últimos decénios da Monarquia Constitucional a nível urbano e, especialmente, lisboeta⁽¹⁾. No plano político, a oposição à Monarquia Constitucional vinda de oitocentos acentuou-se na fase da ditadura de João Franco. A realização dos progressos políticos e culturais republicanos ficou a dever-se essencialmente a uma elite política da qual faziam parte figuras como a de José Relvas que começou por combater em favor da República e que, depois da sua implantação, viria a assumir a pasta das

(1) Lia Ribeiro, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, IUC, 2011, p. 15 ss.

Finanças no Governo Provisório. Não sendo um ideólogo, revelou-se fundamentalmente como político e diplomata e a sua ação foi pautada pelos valores republicanos. Por outro lado, Relvas seria no decurso da sua vida, conspirador, idealista, romântico e humanista. Durante a vigência da República assumiu-se como um dirigente significativo colocando-se ao lado de António José de Almeida, Afonso Costa, Brito Camacho, João Chagas e de outros.

A adesão à República e liderança política

José Relvas (1858-1929) frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra durante dois anos ingressando depois no Curso Superior de Letras de Lisboa onde obteve o bacharelato em 1880 com uma tese intitulada *O direito do senhor foi uma medida geral da propriedade*. Após a realização dos seus estudos humanísticos transformou-se num grande proprietário agrícola do Ribatejo e enquanto tal interessou-se, desde cedo, pela política ao romper com a Monarquia em 1907 e ao assumir a República como ideal. Nas lutas que travou com outros republicanos pela implantação do novo regime participou como orador bem preparado em vários comícios organizados no distrito de Santarém⁽²⁾. Contrariamente a dirigentes republicanos, que assumiram os novos ideais influenciados pela filosofia positivista de Auguste Comte divulgada entre nós por Littré e pelo movimento livre-pensador, José Relvas aderiu – quando já tinha quase 50 anos – ao Partido Republicano Português (PRP) por razões pragmáticas e essencialmente políticas. Nos últimos anos do velho regime, em virtude do seu labor político, já tinha alcançado verdadeiro prestígio nos meios republicanos⁽³⁾. E, nesta altura, considerava D. Carlos como «o maior responsável dos erros e da decadência da Monarquia»⁽⁴⁾. Nas ações de propaganda, levadas a cabo nos meios rurais e urbanos, nos finais

(2) Sobre alguns aspetos das atividades de José Relvas nos finais da Monarquia e as suas ideias económicas cf. *Elementos para a História da República. A Economia e a Ação de José Relvas, Introdução e Notas* de Carlos Consiglieri, Marília Abel e Horácio Reigado, Alpiarça, Câmara Municipal de Alpiarça, 1986.

(3) João Bonifácio Serra, *José Relvas, o conspirador contemplativo*, Lisboa, Assembleia da República, 2008, p. 72.

(4) José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 1, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 46.

da primeira década do século XX, assistiu-se a uma grande adesão dos trabalhadores agrícolas e das camadas populares urbanas à República.

No contexto das lutas políticas pelo derrube da Monarquia, a tentativa de golpe de 28 de janeiro de 1908, mal organizada, fracassou tendo sido presos os republicanos João Chagas, António José de Almeida, Afonso Costa, Alfredo Leal e França Borges tal como os dissidentes monárquicos Egas Moniz, visconde da Ribeira Brava e João Pinto dos Santos⁽⁵⁾. Após esse episódio, num momento histórico marcado pela exaltação popular antimonárquica, deu-se o Regicídio, levado a efeito pelos anarquistas Manuel Buíça e Alfredo Costa, em 1 de fevereiro de 1908. Na altura, este facto não deixou de surpreender a opinião pública e os próprios dirigentes republicanos como José Relvas.

No Congresso do PRP realizado em Coimbra (1908), Relvas presidiu à 1ª Sessão do evento. Nesta fase de acentuação da luta política este foi candidato a deputado por Lisboa e no areópago do partido realizado em Setúbal, em 1909, tornou-se membro do Directório. Acompanharam-no nessas funções Teófilo Braga, Basílio Teles, Eusébio Leão, Cupertino Ribeiro, Inocêncio Camacho e José Barbosa⁽⁶⁾. Algumas das principais figuras do republicanismo envolvidas nas conspirações de 1907 e 1908, ficaram excluídas desse organismo, enquanto outras, por disposições estatutárias, não poderiam ser reeleitas por dois triénios sucessivos. O Congresso de Setúbal, de 23 a 25 de abril de 1909, adotou como estratégia a via violenta para a tomada do poder e, nesse sentido, aprovou uma moção de João Chagas que responsabilizava o Directório pela nomeação de duas Comissões: uma militar e outra civil com a função de reunir as condições⁽⁷⁾ para desencadear a Revolução. A secção militar ficou constituída pelo almirante Cândido dos Reis, João Chagas e Afonso Costa, enquanto a direção da parte civil era confiada a António José de

(5) Para um conhecimento mais desenvolvido desta conspiração cf. Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República! 1906-1919*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 141-150.

(6) Segundo José Relvas, Basílio Teles apesar de ser admirado pelos intelectuais republicanos, vivia no Porto num grande isolamento e limitou-se a ir a uma reunião a Lisboa. Aclamado pela Revolução ministro das Finanças não quis assumir essa responsabilidade e o Governo Provisório substituiu-o por José Relvas. Este criticava Teófilo Braga, pois considerava que não obstante a sua reputação intelectual, a sua fama e prestígio não eram merecidos. Achava-o uma figura sem ideias, «desleixado», «sem hábitos sociais» e «sem nobreza». José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 1, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 64.

(7) João Bonifácio Serra, *José Relvas...*, cit., p. 71.

Almeida⁽⁸⁾, que contava com a colaboração da Carbonária, de Miguel Bombarda e da sua Junta Liberal (organização de propaganda laica). Nem todos os dirigentes republicanos estavam de acordo com a Revolução, embora se soubesse que a Monarquia se aproximava do fim. De entre estes encontrava-se o conciliador Bernardino Machado que acreditava numa ação conjunta dos dissidentes progressistas e regeneradores aliados aos deputados republicanos. Ao invés da maioria dos militantes presentes em Setúbal que viam na Revolução um imperativo moral, o antigo professor da Universidade de Coimbra defendia uma evolução reformista e pacífica para a obtenção do poder.

Nesta fase, José Relvas participou na campanha de agitação social, enquanto a máquina do PRP, os panfletos, os jornais, as intervenções e as grandes manifestações como a de 2 de agosto de 1909, que reunira em Lisboa cerca de 100 000 pessoas, contribuíram decisivamente para a mobilização das massas. No Congresso do PRP de 1910 realizado no Porto, o Diretório foi encarregado de organizar uma missão em França e na Inglaterra para explicar junto das opiniões públicas e dos governos desses países a política do partido, a situação vivida em Portugal e o projeto republicano. Dessa Comissão fizeram parte Alves da Veiga, que vivia exilado em Paris desde 1891, Magalhães Lima, que partiu para França mais cedo e José Relvas que se juntou a este em junho de 1910. Bernardino Machado invocou várias razões para não participar na delegação e ficou em Portugal. Em Paris, a Comissão entrou em relações com a imprensa – *Le Temps*, *Le Siècle* e *L'Action* – que facilitou a sua aproximação aos dirigentes da República francesa e Alves da Veiga, Magalhães Lima e José Relvas foram recebidos por M. Etienne, subsecretário do ministro do Interior e vice-presidente da Câmara dos Deputados. Este ouviu a exposição dos representantes da República e concordou com o seu conteúdo. Pela sua experiência em questões económicas, Relvas desempenhou uma ação significativa especialmente em Londres, onde a Comissão se encontrou com o subsecretário Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, Thomas Mackinnon Wood e com os Diretores do *Economist* e do *Times*. Por seu lado, David Lloyd George colocou à disposição dos portugueses as páginas do jornal *The Nation*. Tanto em Paris, como na capital britânica, a missão apresentou as ideias republicanas para Portugal e garantiu a continuação dos compromissos

(8) Sobre o Congresso republicano de Setúbal (23 a 25 de abril) de 1909 cf. Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 92-102.

internacionais do nosso país depois da implantação da República incluindo o respeito pela aliança inglesa⁽⁹⁾.

A situação política em Portugal evoluía rapidamente e com a participação da Maçonaria e da Carbonária caminhou-se no sentido da realização da Revolução. O Comité Militar de Cândido dos Reis trabalhou para isso e, de acordo com o novo plano elaborado por Sá Cardoso, Hélder Ribeiro e Aragão e Melo, tudo ficou preparado para o início do movimento nos primeiros dias de outubro. Machado Santos quase não controlava os marinheiros impacientes pela insurreição que estivera iminente em julho. Porém, nesta altura, o movimento era prematuro, pois não estava preparado no plano militar. Só quando se reuniram as condições objetivas e subjetivas teve lugar a insurreição.

Convém assinalar que José Relvas esteve envolvido na direção do movimento revolucionário desde o início. O adiamento da revolta, o suicídio de Cândido dos Reis, o assassínio de Miguel Bombarda, a famosa reunião nos Banhos de São Paulo, onde Relvas marcou presença, a resistência de Machado Santos e dos seus homens na Rotunda e a proclamação da República nas varandas da Câmara Municipal de Lisboa, pelas 9 horas da manhã de 5 de outubro, foram acontecimentos do maior significado. Este ato de grande simbologia seria protagonizado por José Relvas e Eusébio Leão, dirigentes que se destacaram nas horas difíceis do processo de implantação da nova ordem política⁽¹⁰⁾.

Ministro das Finanças

Logo após a vitória da República, o Diretório deu a conhecer a composição do Governo Provisório que seria bastante diferente do que se previra inicialmente. José Relvas não concordava que os membros do Diretório fizessem parte do executivo, enquanto João Chagas – que acreditava numa curta duração do Governo e na impossibilidade de se fazerem grandes reformas – propunha que nele participassem Afonso Costa, Bernardino Machado e António José de Almeida. O principal problema

(9) João Bonifácio Serra, *José Relvas...*, cit., p. 74; Ana Paula Pires, *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, vol. III, Lisboa, Assembleia da República, 2014, p. 577.

(10) José Relvas aderiu à Maçonaria em 1911 e pertenceu à loja Acácia com o nome de *Beethoven*. Teria abandonado a organização em 1913.

na organização do gabinete foi criado pelo desaparecimento de dois dos principais nomes: Miguel Bombarda e Cândido dos Reis. Basílio Teles não aceitou integrar o governo. A ausência destas figuras permitiu a ascensão de Teófilo Braga, nomeado presidente do Governo. Teófilo era um velho positivista, mas como analisou António José Telo, não tinha grande visão política, nem peso social. A opinião de muitos republicanos era desfavorável a Teófilo. A ausência de alguns dos principais nomes permitiu a Afonso Costa, que não tinha desempenhado qualquer papel de relevo na Revolução, a ascensão à direção do Ministério da Justiça e Cultos. O autor da futura lei da Separação do Estado das Igrejas afirmou-se rapidamente como um grande organizador e, na prática, substituiu-se a Teófilo Braga manobrando no sentido da organização governativa. Isso explica, a nomeação de Correia Barreto para a pasta da Guerra e de Bernardino Machado para os Negócios Estrangeiros. António José de Almeida, grande tribuno da República, ficou com o Ministério do Interior e José Relvas, também indicado para os Negócios Estrangeiros, depois de esperar pela decisão negativa de Basílio Teles, foi nomeado ministro das Finanças, enquanto Brito Camacho ficou com o Fomento e as Obras Públicas, pasta deixada vaga por António Luís Gomes. A Carbonária, que tivera um papel decisivo na Revolução, ficou excluída do executivo e Machado Santos, o herói da Rotunda, visto com desconfiança por muitos republicanos também não fez parte do Governo⁽¹¹⁾.

Devido à sua formação económica, José Relvas estava preparado para dirigir as Finanças, embora pelo seu perfil diplomático revelado na missão a França e Inglaterra tivesse preferido o Ministério dos Negócios Estrangeiros, lugar que Miguel Bombarda, João Chagas e Machado Santos lhe tinham destinado. Mais tarde, ao refletir criticamente sobre o Governo Provisório, Relvas não só pensava que lhe «faltava a sequência do esforço», como acreditava que «os paladinos da República julgavam cumprir suficientemente a sua missão numa atividade de comícios e conferências, sem dúvida admirável para despertar as energias da reação popular, mas estéril para com ela se formar um corpo de doutrina, e dirigir um Estado. Desse imenso erro veio a enfermar a República»⁽¹²⁾.

O responsável pelas Finanças desempenhou com eficiência o seu cargo, pois realizou a reforma orgânica do Ministério, saneou alguns

(11) António José Telo, *Primeira República I. Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 145-147.

(12) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 1, p. 101-102.

funcionários comprometidos com a gestão financeira da Monarquia, promoveu sindicâncias aos adiantamentos ilegais à família real, à secretaria e tesouraria do Ministério, à Caixa Geral de Depósitos e Casa da Moeda, à Alfândega do Porto, aos serviços técnicos aduaneiros, às execuções fiscais e às Direções Gerais de Estatística, bens nacionais e impostos. As mencionadas sindicâncias também visaram a regularização dos serviços das repartições de fazenda, a situação dos devedores, etc.. Para a garantia da normalização dos serviços do Ministério foi criado o Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em substituição do Tribunal de Contas. José Relvas geriu ainda a conjuntura das Finanças Públicas e evitou novas propostas económicas uma vez que o programa do PRP já continha as ideias de reforma neste sector. As alterações mais significativas incidiam sobre as preocupações com o equilíbrio do orçamento e com a contenção das despesas públicas. A 17 de outubro de 1910, o ministro anunciou várias medidas relacionadas com o défice e, em 22 de maio de 1911, promulgou a reforma monetária substituindo o real pelo escudo⁽¹³⁾. A documentação por nós consultada sobre esta matéria mostra-nos o trabalho imenso realizado pelo Ministério com vista à realização de reformas. Os resultados práticos das sindicâncias realizadas traduziram-se na organização de vários dossiers sobre os diferentes assuntos, enquanto a reforma monetária foi precedida de estudos sérios por parte do ministro e dos seus colaboradores.

Segundo João Bonifácio Serra, durante o desempenho das suas funções, houve um incidente entre José Relvas e o jornal *O Mundo* que prejudicou as suas relações com Afonso Costa. Atingido pelos ataques do periódico republicano radical, pediu a sua demissão em 22 de março de 1911, mas perante isso o Governo reuniu de emergência e apoiou o ministro que sentindo a solidariedade dos seus colegas de gabinete desistiu das suas intenções iniciais. Nas eleições de 28 de maio de 1911 foi eleito deputado por Viseu. Neste ano, afastou-se da orientação política de Afonso Costa na direção do PRP e aproximou-se da União Republicana de Brito Camacho. Entre 1911 e 1914, José Relvas foi embaixador do nosso país em Espanha e desenvolveu uma ampla atividade diplomática e cultural. Após o seu regresso a Portugal ocupou o cargo de senador no Parlamento mas, em 1915, decidiu afastar-se da política e voltar à sua Casa em Alpiarça.

(13) Ana Paula Pires, *Dicionário de História...*, cit., p. 578.

A conjuntura política em 1919

Após o assassinato de Sidónio Pais em 14 de dezembro de 1918 por José Júlio da Costa, o bloco sidonista em crise desintegrou-se⁽¹⁴⁾. Ainda durante a República Nova foram criadas Juntas Militares no Norte e no Sul, sob o pretexto de apoiar o presidente contra os seus adversários e de defender o país da ameaça subversiva mas, na realidade, a intenção era a da proclamação da Monarquia quando surgisse o momento oportuno. No próprio Governo de Sidónio Pais havia monárquicos como o ministro da Guerra, Álvaro César de Mendonça, que esperavam por uma mudança do regime político traduzida num regresso ao sistema político anterior ao 5 de outubro de 1910. Com a morte do Presidente, as Juntas Monárquicas aumentaram o seu poder em particular no Norte do país⁽¹⁵⁾. Nesta altura, surgiram várias correntes distintas entre os sidonistas, facto que criava dificuldades à formação de um novo Governo. Decidiu-se então que o Presidente seria o ministro mais velho do executivo de Sidónio Pais. Por isso, ascendeu à presidência da República o monárquico almirante Canto e Castro. O Presidente indicado pelo Governo seria eleito, não por voto direto, como preceituava a legislação Sidonista, mas por votação do Congresso tal como era estabelecido pela Constituição de 1911 que na realidade não estava em vigor⁽¹⁶⁾. Uma vez alcançada a presidência, Canto e Castro nomeou o republicano João Tamagnini Barbosa (23 de dezembro de 1918) para dirigir o Governo contrariando a doutrina sidonista, que fazia do Presidente o chefe do executivo. Como salientou António José Telo esta era uma situação pouco clara: uma República presidida por um monárquico, com um Parlamento sidonista, um Governo republicano e um exército em boa parte formado por monárquicos. Nesta confusão a política seguida pelo Governo era de conciliação, pois tentava agradar simultaneamente a monárquicos e a republicanos com o objetivo de evitar a concretização da ameaça de guerra civil. O gabinete fraco não conseguia opor-se à conspiração

(14) Sobre o fim do regime de Sidónio Pais cf. Maria Alice Samara, "Sidonismo e restauração da República. Uma encruzilhada de paixões contraditórias", *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 390-393.

(15) *Nova História de Portugal. Portugal da Monarquia para a República*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 721.

(16) António José Telo, *Primeira República II. Como cai um regime*, Lisboa, Editorial Presença, 2011, p. 205-206.

dos contrarrevolucionários com vista à restauração da Monarquia. Alarmados com tal ameaça, os republicanos procuraram controlar a situação tendo desencadeado a revolta de 10 de janeiro de 1919 que eclodiu em Lisboa, na Covilhã e em Santarém. Os partidos históricos republicanos tinham saído enfraquecidos da República Nova, mas os seus membros estavam unidos na oposição aos monárquicos. Se em Lisboa e na Covilhã as tentativas revolucionárias republicanas foram facilmente desfeitas, em Santarém um pequeno grupo de oficiais dominou a guarnição e tomou conta da cidade. Para aqui convergiram várias figuras republicanas: Álvaro de Castro, Jaime de Morais, António Granjo, o ex-sidonista Cunha Leal e o socialista Augusto Dias da Silva, os quais tentaram repor a Constituição de 1911. Perante esta situação, forças militares monárquicas do Sul, Centro e Norte confluíram para esta cidade e, em virtude do seu isolamento, os revoltosos renderam-se⁽¹⁷⁾. Para o historiador Miguel Dias Santos, o movimento de Santarém funcionou como momento chave da contrarrevolução⁽¹⁸⁾.

Os monárquicos encontravam-se bastante divididos após a morte de Sidónio Pais. D. Manuel exilado não conseguia assegurar a sua unidade e o seu representante na capital, Aires de Ornelas procurava evitar qualquer aventura que levasse ao desastre. Ao contrário, os integralistas que apoiavam Paiva Couceiro entendiam que era possível aproveitar a situação política de crise para restaurar a Monarquia. No entanto, estes temiam o regresso dos 50 000 homens do Corpo Expedicionário Português (CEP) uma vez que muitos dos seus oficiais eram republicanos assim como a vinda de algumas unidades militares de Angola e Moçambique pelo mesmo motivo.

Em 19 de janeiro de 1919, a Junta Militar proclamou a Monarquia no Porto. Nesta cidade foi muito fácil restaurar o velho regime. De acordo com o modelo da Revolução de 1820, as unidades militares juntaram-se numa parada no Monte Pedral, foram lidas algumas proclamações, os poucos civis presentes aplaudiram os oradores e a Monarquia era restaurada. A Guarda Nacional Republicana (GNR) foi logo batizada de «Guarda Real», as bandeiras azuis e brancas foram desfraldadas e Paiva Couceiro autoproclamou-se regente sem o apoio de D. Manuel.

(17) António José Telo, *Primeira República...*, cit., p. 206-207.

(18) Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República 1910-1919*, Coimbra, IUC, 2010, p. 419.

O movimento alargou-se rapidamente ao Norte e todas as localidades acima do rio Vouga, com exceção da republicana Chaves, aderiram à Monarquia assim como a região de Lamego e Viseu. Aveiro, cuja guarnição era comandada pelo monárquico João de Almeida, não apoiou a Restauração, pois este mantinha-se fiel ao juramento de fidelidade a Sidónio Pais e ao seu regime⁽¹⁹⁾.

Em Lisboa não houve tentativa de derrube do Governo pelos monárquicos e só no dia 22 de janeiro é que estes se movimentaram, concentrando-se em Monsanto. Perante a situação criada o «povo» desta cidade acorreu a defender a República e, nesse ensejo, ressurgiram as milícias republicanas de civis armados, apoiadas pelos sindicatos. O exército, a marinha e os civis republicanos lutaram contra os monárquicos. Deu-se então o assalto a esta fortaleza e o duelo travado entre a artilharia das duas forças levou à derrota dos conservadores. Este triunfo republicano não foi uma grande vitória militar uma vez que a passividade realista esteve na origem de uma mera atitude defensiva por parte dos monárquicos. No entanto, o desfecho da luta teve reflexos ideológicos, pois foi aproveitado pelos republicanos para fazerem propaganda⁽²⁰⁾. Dominada a capital organizou-se o ataque à Monarquia do Norte. Nesta altura, Paiva Couceiro chefiava uma Junta Governativa do Reino com sete Ministérios confiados a figuras monárquicas importantes. A Junta tentou organizar o território que dominava, nomeou Governadores Civis para os distritos de Viana, Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu e Portalegre, criou um órgão de imprensa próprio e publicou várias leis. No seu desejo de destruir toda a herança republicana, revogou a legislação publicada após o 5 de Outubro de 1910.

O governo de José Relvas e a sociedade

A luta contra a Monarquia do Norte exigia um Governo de concentração republicana como era defendido pelo Diretório do Partido Democrático no jornal *O Mundo*, em 26 de janeiro de 1919. Para a tarefa de dirigir o novo executivo foi escolhido o republicano histórico José

(19) António José Telo, *Primeira República...*, cit., vol. II, p. 208.

(20) Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, cit., p. 457.

Relvas⁽²¹⁾, que tomou posse em 27 de janeiro⁽²²⁾. Pela sua independência política, pela sua moderação, pelo seu estatuto, pela sua tendência para a conciliação das partes, pelo seu republicanismo firme, Relvas era a personalidade que melhor se adequava à liderança política no contexto histórico pós-sidonista. Neste Ministério estavam representados todos os partidos da República, incluindo um membro do partido socialista com a pasta do Trabalho. A sua composição era a seguinte: Presidência e Interior, José Relvas (republicano independente); Justiça, Francisco Manuel Couceiro da Costa (evolucionista); Finanças, António Paiva Gomes (democrático); Guerra, António Maria de Freitas Soares (independente); Marinha, Tito Augusto de Moraes (unionista); Estrangeiros, Egas Moniz (sidonista); Comércio, Pinto Osório (sidonista); Colónias, Carlos da Maia (independente pró-sidonista); Instrução, Domingos Leite Pereira (democrático); Trabalho, Augusto Dias da Silva (socialista)⁽²³⁾; Abastecimentos, João Henriques Pinheiro (sidonista); e Agricultura, Jorge de Vasconcelos Nunes (unionista). Em 25 de fevereiro tinha saído um dos ministros sidonistas substituído pelo evolucionista Júlio do Patrocínio Martins na pasta do Comércio⁽²⁴⁾. Na apresentação do Governo ao Senado, em 3 de fevereiro, José Relvas afirmou que «a sua missão é grande e bem difícil, mas em poucas palavras se resume: subjugar enérgica e rapidamente a revolta monárquica, promover a punição justa e legal de todos os responsáveis por tão criminoso tentativa, restabelecer a normalidade em todo o país e em seguida entregar o regime, salvo e purificado, em mãos que forem competentemente escolhidas para a

(21) Segundo José Relvas os seus «primeiros passos antes de organizar o Governo foram encaminhados para fazer aceitar pelos *democráticos* o meu programa mínimo: a manutenção da reforma da Lei da Separação, da autoria de Moura Pinto...» José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 84.

(22) Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, cit., p. 458. Para o conhecimento geral da Monarquia do Norte, nos seus diferentes aspetos, cf. Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, cit., p. 417-485.

(23) Apesar da nomeação do ministro socialista para o seu Governo, José Relvas tinha um preconceito contra esta corrente política como se pode ler: «Os socialistas estão representados pelo ministro Augusto Dias da Silva, antigo industrial, o que não explica satisfatoriamente as suas confessadas simpatias pelo bolchevismo. Em todos os períodos revolucionários, são sempre os maiores demagogos aqueles que receiam a suspeita de serem tidos como conservadores. A sua mentalidade – já o verificámos todos – é singularmente anárquica, e é duma ignorância, como costumava dizer Mariano de Carvalho dos quase analfabetos, enciclopédica!». José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 2, p. 86-87.

(24) *Nova História de Portugal...*, cit., p. 724.

continuação do obra redentora iniciada em 5 de Outubro de 1910»⁽²⁵⁾. O Presidente do Ministério que confessava ter assumido o poder por um imperativo ético, governou num momento de fraqueza dos republicanos unionistas, dos evolucionistas e dos democráticos. Este Governo foi bem acolhido pelo Presidente da República, Canto e Castro⁽²⁶⁾ e pela opinião pública. Enquanto existiu, publicou uma numerosa legislação com o objetivo de salvaguardar o regime republicano ameaçado pelos monárquicos. Em decreto-lei dissolveu o Parlamento sidonista, restabeleceu a Constituição de 1911⁽²⁷⁾, repôs a lei eleitoral de 3 de julho de 1913 com as alterações introduzidas pelo diploma nº 314, publicada em 1 de junho de 1915 para a eleição do Congresso⁽²⁸⁾, acabou com as corporações da polícia de segurança e preventiva⁽²⁹⁾, reintegrou os militares republicanos demitidos ou suspensos pela Monarquia do Norte⁽³⁰⁾, instituiu tribunais para o julgamento de militares e civis «implicados no último movimento monárquico»⁽³¹⁾ e promoveu uma ação disciplinar contra os magistrados e funcionários envolvidos na insurreição contra as instituições e leis da República⁽³²⁾.

Quando Relvas tomou posse, Machado Santos enviou-lhe um longo documento no qual apresentava um «programa» destinado à resistência da República e à sua consequente vitória sobre as forças monárquicas. Segundo o herói da Rotunda «A guerra civil bem encaminhada e com felicidade, pode durar 4 meses; mal encaminhada pode durar 4 anos». Surpreendido com a opinião de Machado Santos, o chefe do Governo qualificava-a de «terrorista». A visão pessimista do militar republicano resultava do conhecimento que julgava ter das forças de resistência monárquicas. Na sua análise, afirmava que o Sul tinha suficientes meios financeiros e grandes recursos económicos e o Norte também dispunha de riquezas suficientes para garantirem um grande empréstimo que financiasse as atividades contrarrevolucionárias. Na sua tentativa de

(25) *Diário do Senado*, 3-12-1919, p. 14-15.

(26) Sobre Canto e Castro cf. Norberto Ferreira da Cunha, «A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico», in *Revista de História das Ideias*, 27 (2006), p. 359-397.

(27) Decreto nº 5.165, *Diário do Governo*, 21-2-1919, I série, nº 35.

(28) Decreto, nº 5.203, *Diário do Governo*, 6-3-1919, I série, nº 45.

(29) Decreto, nº 5.171, *Diário do Governo*, 24-2-1919, I série, nº 37.

(30) Decreto, nº 5.172, *Diário do Governo*, 24-2-1919, I série, nº 37.

(31) Decreto, nº 5.188, *Diário do Governo*, 3-3-1919, I série, nº 43.

(32) Decreto, nº 5.203, *Diário do Governo*, 6-3-1919, I série, nº 45.

influenciar Relvas, M. Santos não hesitava em fazer várias propostas destinadas a mudar o curso da guerra civil: a substituição de Vasco Quevedo⁽³³⁾ na Legação de Madrid por um verdadeiro republicano, o estabelecimento de uma vasta rede de consulados fronteiriços em Espanha, a promoção de uma grande campanha republicana na imprensa espanhola e francesa e o envio dos nossos navios mercantes a França para repatriarem as tropas portuguesas. Para além disso, sugeria a aquisição de material de guerra nesse país, o recurso às forças do Corpo Expedicionário Português (CEP) nas operações contra os revoltosos, a defesa das colónias, a difusão da imprensa republicana no Norte, a infiltração de agentes no território monárquico e a ordenação de um bloqueio naval na costa nortenha. Este militar defendia a mobilização geral no Sul do país da marinha e da infantaria, a dominação pelo Governo de Santarém e a preparação da defesa de Lisboa. Dado o impacto da Revolução Russa de 1917 na Europa e, em Portugal, Machado Santos pensava que o Governo não deveria recear o bolchevismo⁽³⁴⁾.

No plano político Machado Santos estava de acordo com Relvas em relação à reposição da Constituição de 1911, à dissolução do Parlamento

(33) Alvo de uma campanha do jornal *O Mundo*, que o acusava de fraqueza na sua ação como Encarregado dos Negócios em Madrid, durante o último movimento monárquico no Porto e pela sua anunciada transferência para o lugar de Cônsul Geral do Rio de Janeiro, este diplomata veio defender-se junto de José Relvas usando o argumento da dignidade com que desempenhara as suas funções, dos seus esforços em favor da República e rejeitando pretender criar quaisquer dificuldades ao Governo com a sua ida para o Rio de Janeiro. *Carta enviada pelo Encarregado de Negócios da Legação da República em Madrid*, 26-2-1919, cx. 406, Arquivo Histórico da Casa dos Patudos.

(34) A Revolução bolchevique de 1917 teve a sua influência em Portugal tendo havido alguma adesão no interior da classe operária às ideias revolucionárias. Alguns bolcheviques portugueses dirigiram-se a José Relvas através de cartas anónimas. Nesta fase, o Governo de Madrid enviou para o nosso país uma longa lista com os nomes dos partidários da Revolução russa europeus. Por outro lado, o Ministério recebeu um documento no qual se reivindicava a Revolução social e se afirmava que a República, «como regime burguês, como regime capitalista, não corresponde já às necessidades modernas, sendo necessário que Portugal acompanhe a corrente, já avassaladora do socialismo mundial». Como se sabe, a vitória comunista sobre o czarismo inspirava a luta pelas transformações sociais noutros países. Os nossos socialistas propunham a socialização das indústrias e dos Bancos, a anulação dos direitos de herança e de propriedade, a dissolução dos corpos do Estado que sustentavam o regime capitalista, como a polícia, o exército, a magistratura e defendiam a organização política de comunas associadas e organizadas de acordo com a vontade do povo. *O que o Povo quer*, fevereiro de 1919, cx. 406, A.H.C.P. Segundo José Relvas este texto teria sido redigido pelo jornal *a Batalha* e possivelmente contara com o apoio do socialista Dias da Silva. José Relvas, *ob. cit.*, vol. 2, p. 138.

e à votação de uma outra lei eleitoral. Aquele militar recusava qualquer revolta machadista e colocava-se à disposição do chefe do Governo para o que ele entendesse necessário⁽³⁵⁾. Ao contrário de Machado Santos, José Relvas tinha uma visão otimista sobre o desfecho da guerra civil uma vez que conhecia a dominação da República no Sul e na costa norte⁽³⁶⁾ e sabia que as forças monárquicas se encontravam muito fragilizadas.

Apoiado pela Associação Comercial de Lisboa, o chefe do Governo desenvolveu uma política de equilíbrio entre os diferentes sectores da sociedade com vista a estabilizar a vida política. Essa agremiação acreditava que a solução política encontrada era necessária ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. O organismo defendia os princípios da liberdade, da tolerância e da lei aplicadas a toda a sociedade e a consolidação do poder político⁽³⁷⁾. Por seu lado, os ministros, com exceção do socialista Dias da Silva, «desconhecido nos meios políticos», distanciavam-se do velho sectarismo e davam a garantia de uma boa governação.

No exercício das suas funções, o Ministério tomou medidas destinadas a reformar a máquina do Estado. Assim, a questão do Governo Civil do Porto foi resolvida com a nomeação de um «republicano extrapartidário», enquanto em Lisboa se decidiu pela continuação do mesmo Governador Civil. Os restantes vinte distritos foram divididos pelas quatro organizações, que faziam parte da coligação. Aos representantes distritais do Governo cabia a nomeação das «comissões administrativas municipais», de acordo com os partidos republicanos locais⁽³⁸⁾ e com os socialistas onde estes tivessem núcleos organizados. Nesse sentido, Relvas estabeleceu as regras sobre a organização administrativa e enviou-as aos representantes locais do poder para que se evitassem os tumultos frequentes na República. Os Governadores Cívicos não deveriam nomear as referidas comissões municipais sem uma prévia consulta ao ministro do Interior. O executivo pretendia assim controlar todo o processo da organização da administração pública, afastando os monárquicos e entregando-a a republicanos.

(35) *Carta de Machado Santos para José Relvas*, 28-1-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(36) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 90.

(37) *Moção apresentada a José Relvas pela Associação Comercial de Lisboa*, 26-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(38) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 87.

Os objetivos do Governo de Relvas centravam-se na defesa das instituições e na normalização de todas as atividades perturbadas pelos contrarrevolucionários. O Presidente do Ministério sabia que a recomposição política do regime exigia uma disciplinada e ordenada distribuição dos cargos públicos. Durante a governação houve uma grande pressão por parte dos cidadãos comuns no sentido da obtenção de empregos nas estruturas do Estado. Porém, esse era um velho problema da República, pois logo a seguir à sua implantação em 1910, se assistiu a uma «corrida» a esses cargos. No ano de 1919, Relvas tentou então evitar uma política descontrolada de saneamentos dos quadros político-administrativos, feita de baixo para cima como parece que os democráticos pretendiam. Ao contrário, o chefe do Governo impunha o controlo do governo central na organização da máquina do Estado ocupada pelos cidadãos republicanos.

Durante o período da guerra civil era difícil conhecer a base social de apoio do Governo, mas presume-se que fosse grande no Centro e no Sul. As classes sociais dominantes não se manifestavam publicamente, embora muitos cidadãos a nível individual tivessem apoiado o executivo. Os operários também sustentavam o Governo, embora não abandonassem as suas reivindicações. Nesta fase, assistiu-se à participação das organizações das milícias armadas republicanas, dos «batalhões de voluntários», que combateram os monárquicos em Monsanto e no Norte do país⁽³⁹⁾. A União Operária Nacional (UON) aproveitou o momento para expor, num texto intitulado *Um Novo Brado da União Operária Nacional*, um conjunto de reclamações dirigidas ao Governo. Neste documento invocava-se a luta do proletariado essencial, na perspetiva da organização sindical, para a derrota definitiva das «forças reacionárias» na capital. Ao lembrar a tradicional oposição dos governos republicanos aos trabalhadores, a UON exprimia o seu desagrado pelos «mais rudes agravos» por eles sofridos durante a República. Convém recordar, neste ensejo, que esta estrutura começou por apoiar o sidonismo, mas acabaria por entrar

(39) Em decreto-lei publicado pelo Governo autorizava-se a organização de unidades compostas de indivíduos dos dezassete aos cinquenta anos, as quais seriam agrupadas em batalhões, ou companhias de voluntários civis, de voluntários da I.M.P e de voluntários académicos, destinadas a combaterem os monárquicos. *Diário do Governo*, 15-2-1919, I série, nº 31. Pelo decreto-lei nº 5.152, o Ministério da Guerra regulamentava os batalhões de voluntários inscrevendo-os nas inspeções de infantaria.

em rutura com a ditadura devido à ausência de respostas do líder carismático da República Nova às reclamações de ordem económica e social feitas pelo operariado⁽⁴⁰⁾.

Como se sabe, no decorrer da República as classes trabalhadoras divorciadas do regime recorreram com frequência às greves com o objetivo de alcançarem os seus direitos. Na conjuntura de 1919, perante as dificuldades políticas, a luta de classes acentuou-se e os trabalhadores dirigidos pela UON, anarco-sindicalista, desenvolveram várias ações com vista a defenderem os seus direitos. A inexistência, entre nós, de um partido social-democrata de massas fez com que as revoluções russas de fevereiro e outubro de 1917 fossem filtradas por uma leitura que não favorecia o Partido de Lenine. Só em 1919, com uma cisão no interior do anarco-sindicalismo, nasceu a Federação Maximalista Portuguesa (FMP) e o jornal *Bandeira Vermelha*. Nesse ensejo, os militantes da FMP pretenderam ser designados por «bolcheviques» e «sovietistas»⁽⁴¹⁾. Portanto, a intervenção política da classe dos ferroviários em defesa da República e das reformas sociais inscrevia-se na linha anarco-sindicalista, embora já aparecessem bolcheviques assumidos que enviaram missivas ao chefe do Governo.

Na conjuntura de 1919, a UON defendia a libertação dos presos por razões de ordem económica e social, o regresso à metrópole dos indivíduos deportados pelos mesmos motivos e a reintegração imediata dos operários e empregados do Estado despedidos durante a greve de novembro de 1917. A organização central dos sindicatos pretendia ainda a reabertura das associações operárias encerradas pelo sidonismo, a fixação do pagamento pelo Governo das verbas aos assalariados, que as não tinham podido receber por se encontrarem encarcerados, a revogação da legislação que limitava os direitos de

(40) Sobre o rompimento da UON com o Governo sidonista cf. Maria Alice Samara, *Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais. Verdes e Vermelhos*, Lisboa, Editorial de Notícias, 2003, p. 129-155.

(41) José Pacheco Pereira, *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa*, Porto, Edição do Autor, 1971, p. 21-22. Sobre o sindicalismo revolucionário na República cf. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 401-411. Sobre o anarquismo e o operariado Cf. João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1949*, Porto, Afrontamento, 1992, p. 255-361. Para o conhecimento das relações entre os trabalhadores e o regime republicano cf. António Ventura, «O operariado e a República», *História de Portugal*, vol. 11, dir. por João Medina, Lisboa, Ediclube, 1998, p. 173-207.

associação, a socialização dos baldios e terrenos camarários incultos, etc. etc.. A UON tinha esperança na aprovação das suas propostas socializantes e comprometia-se a não encetar novas lutas sociais durante o Governo de José Relvas⁽⁴²⁾.

A organização dos trabalhadores era objeto da vigilância da Polícia Cívica de Lisboa, que informava o Ministério (5 de março de 1919) sobre a realização de reuniões secretas da UON em locais incertos da capital com fins desconhecidos. Constava na autoridade policial, que se preparava uma «greve geral revolucionária» acompanhada da realização de assaltos às casas comerciais e a outros estabelecimentos de Lisboa. A polícia acusava ainda aquela estrutura de distribuir folhetos pela cidade e de agitar a opinião pública com vista à preparação das classes trabalhadoras para uma intervenção popular⁽⁴³⁾. Sempre vigilante avisava o Governo sobre a conservação de armamento nas mãos da UON e a União dos Sindicatos, distribuído na altura do assalto a Monsanto. A organização policial temia que essas armas fossem distribuídas aos operários para a realização de uma Revolução social⁽⁴⁴⁾.

Um dos grupos sociais melhor documentados nesta agitação é o dos ferroviários. Se bem que estes trabalhadores estivessem divididos, a sua maioria lutou pelo saneamento dos monárquicos que desempenhavam cargos públicos. Envolvidos no processo político lançaram a lume um panfleto dirigido à população em defesa do afastamento dos contrarrevolucionários nos Caminhos de Ferro do Minho e Douro⁽⁴⁵⁾. Nestas regiões, uma grande parte da classe exigia o afastamento dos seus diretores ligados como estavam à Monarquia do Norte⁽⁴⁶⁾. Um *Comité* de trabalhadores do sector publicou um *Manifesto* denunciando a ausência de medidas governativas contra a direção dos Caminhos de Ferro do Norte, «subserviente» aos monárquicos «na desgraçada situação política que durante catorze meses pesou sobre este país»⁽⁴⁷⁾. Estes ferroviários acusavam o seu diretor de não ter informado o Governo das movimentações contrarrevolucionárias. Nessa conjuntura, a Junta

(42) *Um Novo Brado da União Operária Nacional*, 30-1-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(43) *Carta da Polícia Cívica de Lisboa para o Governo*, 5-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(44) *Carta da Polícia Cívica de Lisboa para o Governo*, 6-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(45) *Povo! Povo!*, cx. 405, s.d., A.H.C.P.

(46) *Abaixo assinado de alguns ferroviários dirigido à União Ferroviária e ao Governo*, 8-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(47) *O Comité, Ao Povo Republicano*, 15-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

Governativa do Reino teria mobilizado o pessoal ferroviário colocando-o ao seu serviço e sujeitando-o à jurisdição militar. No Porto, o diretor de serviços permitiu que se arvorasse a bandeira monárquica na estação principal e não impediu que alguns trabalhadores combatessem as opiniões republicanas de colegas seus⁽⁴⁸⁾. A ação contrarrevolucionária dos dirigentes monárquicos deste sector começou por ser denunciada ainda durante o sidonismo, período no qual muitos dos trabalhadores foram presos por serem republicanos e «enviados para Lisboa como vadios». O *Comité ferroviário do Minho e Douro* chegou a apresentar uma lista de colegas comprometidos com a Monarquia, os quais na sua opinião, deveriam ser afastados⁽⁴⁹⁾. No Sul e Sueste, a Comissão de trabalhadores pretendia proceder ao afastamento do pessoal superior dos Caminhos de Ferro destas regiões. Contra isso, surgiu um *Manifesto* no qual se defendia a ordem e disciplina republicanas, tal como pretendia o Governo adversário da anarquia social⁽⁵⁰⁾. Quando ocorreu o triunfo da República sobre a Monarquia do Norte, os ferroviários do Sul e Sueste saudaram o executivo e defenderam a sua unidade sendo acompanhados pela população do Barreiro também ela envolvida nas lutas em favor da República⁽⁵¹⁾.

(48) *Os ferroviários do Minho e Douro acusam o engenheiro Dura Sequeira como director daqueles caninhos de ferro*, 24-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(49) *Os ferroviários republicanos do Minho e Douro apelam para o Povo Republicano do Porto*, 28-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(50) Vicente Artur Ribeiro, *Aos Ferroviários do Sul e Sueste*, cx. 405, A.H.C.P. Sobre estes conflitos sociais num período de crise profunda da República, a Polícia Cívica de Lisboa estava, em geral, bem informada. Assim, em meados de março de 1919, preparava-se para uma greve dos Correios e Telégrafos contra o novo Administrador. Porém, este ao tomar conhecimento da oposição do pessoal que lhe estava subordinado tomou a decisão de abandonar o lugar. *Carta do Secretário da Polícia Cívica de Lisboa dirigida ao Governo*, 14-3-1919, cx. 405, A.H.C.P. Em 17 de março de 1919, a mesma Polícia participava ao Governo que a classe Telegráfico-Postal também tencionava declarar uma greve com o objetivo de obrigar o Governo a demitir o Administrador, António Maria da Silva. Em *Manifesto* dirigido à população, pelo Pessoal Maior e Menor dos Correios e Telégrafos, em 19 de março de 1919, estes denunciavam as manobras do ministro do Comércio com vista a afastar Henrique de Carvalho da direção dos respetivos serviços e a substituí-lo por António Maria da Silva, que já exercera o cargo durante 7 anos. *Manifesto da Classe Telegrafo-Postal*, Lisboa, 19-3-1919, cx. 405, A.H.C.P. Para além disso, a Polícia informava o Governo sobre o surgimento de um movimento contrarrevolucionário. Lançara-se o boato sobre os líderes do Partido Democrático, os quais teriam recebido elevadas quantias em dinheiro depois de terem sido reintegrados nos seus lugares. *Carta da Polícia de Segurança Pública*, 17-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(51) *Carta dos ferroviários para José Relvas*, s.d., cx. 406, A.H.C.P.

Após a sua derrota em 13 de fevereiro de 1919⁽⁵²⁾ muitos monárquicos resistiram durante algum tempo em Trás-os-Montes⁽⁵³⁾, enquanto um grupo bastante numeroso entrou na Galiza e daí passou para Madrid. Os consulados portugueses, em Espanha, mantinham o Governo informado sobre as movimentações dos contrarrevolucionários. Em notícia publicada por um periódico espanhol enviado a José Relvas, dizia-se que D. Manuel estava na capital espanhola conspirando com os monárquicos. Estes faziam de Madrid o centro das suas atividades políticas e a base para a obtenção de víveres, armas e munições. Os hotéis da capital do país vizinho encontravam-se cheios de portugueses reacionários, mas a base principal da conspiração era Tui⁽⁵⁴⁾.

As negociações de José Relvas com os partidos políticos

Derrotadas as forças monárquicas no Porto⁽⁵⁵⁾, dissolvido o Parlamento e publicada a lei eleitoral, o nosso biografado entrou em conversações com os partidos destinadas à obtenção de um acordo com vista à sua reestruturação e à formação de um novo ordenamento político baseado numa direita conservadora e numa esquerda radical. A sua estratégia

(52) Nos finais de fevereiro de 1919 foi publicado um panfleto sobre os acontecimentos ocorridos desde o início do sidonismo até à revolta republicana do Porto, em 1919. Neste documento escrevia-se que «a revolução de 13 de fevereiro, aboliu uma seita negra de miguelistas, descendentes de D. João III. *Os crimes da quadrilha Sidonista relatando o que se passou desde a revolução de 5 de Dezembro de 1917 até à de 13 de Fevereiro de 1919*, 23-2-1919, cx. 406, A.H.C.P. No contexto da vitória republicana sobre os monárquicos foi lançado a lume um *Manifesto*, dirigido aos portugueses no qual se atacavam as forças monárquicas as quais tinham cometido o crime de traição à Pátria e se elogiavam os republicanos. *Portugueses!*, s.d., cx. 406, A.H.C.P.

(53) Em carta dirigida a José Relvas denunciavam-se as práticas monárquicas contra os republicanos em Vila Real, Régua, Vila Pouca de Aguiar, Pedras Salgadas, Alijó, Murça e Mirandela. Segundo o seu autor «A província de Trás-os-Montes acaba de ser infestada por uma quadrilha de malfeitores militares e civis, que de comum acordo, espalharam o terror, a desolação e a miséria pelas povoações que invadiram, roubando, destruindo e assassinando...», *Carta anónima para José Relvas*, fevereiro de 1919, cx. 406, A.H.C.P.

(54) *Las Andanzas de un Ex Rey. D. Manuel de Portugal en Madrid*, 11-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(55) O chefe dos serviços telegráficos do Porto enviou um telegrama para Lisboa anunciando a proclamação da República nessa cidade, a prisão de Paiva Couceiro e a chegada de tropas para desarmar os monárquicos. *Documento enviado ao Governo*, s.d., cx. 406, A.H.C.P.

passava pela junção de unionistas e evolucionistas por um lado e pelo Partido Democrata pelo outro. Alternando-se os partidos no poder, inaugurava-se um sistema rotativista à maneira inglesa na República. O Presidente do Ministério opunha-se a um regresso às experiências políticas do passado, baseadas na dominação política do partido mais influente em Portugal⁽⁵⁶⁾ entre 1911 e 1917. Sem querer interferir na vida interna das organizações partidárias, Relvas julgou oportuno negociar com os seus dirigentes em março de 1919 procurando novas alianças políticas que preparassem a sua sucessão. Nesse sentido enviou aos Diretórios dos partidos uma *Mensagem* na qual constavam os princípios que defendia à luz dos quais se deveria realizar um entendimento político entre as forças republicanas. Com esse objetivo propunha a formação de um futuro executivo baseado nas forças republicanas de direita. Segundo ele, era chegado o momento de remodelar a política colocando-se um ponto final nas velhas dissidências partidárias e nas lutas estéreis entre os republicanos. A transformação política dos partidos exigia a apresentação de novos programas que atraíssem o eleitorado e permitissem alargar sobretudo a base social de apoio dos unionistas e dos evolucionistas. Na imprensa, no Parlamento e nas reuniões do Ministério com líderes partidários, José Relvas apresentava, como condição para continuar no Governo, a ideia de criação de um equilíbrio entre as forças políticas. O acordo que ele procurava alcançar não significava a fusão das organizações num único partido ideia que, a colocar-se, suscitaria naturais divergências intelectuais e inevitáveis exigências da opinião pública. A sua proposta consistia na garantia da tranquilidade dos espíritos, na manutenção da ordem nas ruas e na consolidação da República, condições a seu ver indispensáveis à resolução dos problemas de natureza múltipla com que o país se confrontava. Com esse objetivo, solicitou aos Diretórios dos partidos a apresentação de propostas políticas para a sucessão do Governo, após a realização das eleições previstas. Como se sabe, Relvas tinha simpatia pelos unionistas os quais, em reunião realizada em Lisboa, se mostraram disponíveis para contribuir para a resolução da crise

(56) José Relvas teria medo dos democráticos ao afirmar o seguinte: «Não posso correr o risco de ver as procissões cívicas nas ruas de Lisboa, clamando a intangibilidade da lei da Separação e festejando em apoteoses, como os piores de 1911, Afonso Costa e Bernardino Machado». Transcrição de José Adelino Maltês, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II, Lisboa, Tribuna, 2005, p. 256.

política. O Presidente do Ministério julgava que seria possível obter uma plataforma comum sobre as questões do presente e do futuro. Reconhecia ao Partido Democrático a sua hegemonia política, mas acreditava que este facto não constituía um obstáculo à aproximação dos elementos republicanos mais conservadores. Perante as dificuldades de entendimento dos Directórios unionista e evolucionista insistiu em encontrar novas soluções políticas. Para isso, eram necessárias respostas constitucionais em harmonia com a opinião pública que preparassem o país para uma sucessão ministerial. Perante a formação de uma direita política, os unionistas mostravam-se disponíveis para negociar com os evolucionistas. Por seu lado, o Partido Democrático que saíra da República Nova relativamente enfraquecido depressa se recompôs e revelou que não se opunha à formação de uma força conservadora que governasse o país. Cremos que esta posição conciliadora dos Democráticos radicava numa atitude tática derivada da conjuntura política de crise e das dificuldades que o país atravessava no pós-sidonismo. O diálogo entre José Relvas e António José de Almeida mostrou que o Partido Evolucionista não aceitava dissolver-se nem fundir-se com outra força política o que tornava o tema das alianças complexo⁽⁵⁷⁾. Para além disso, numa missiva dirigida por António José de Almeida a José Relvas aquele anunciava o fim do seu partido, decisão que teria de ser confirmada em Congresso⁽⁵⁸⁾. Cremos, porém que esta foi uma posição circunstancial, porque na verdade acreditamos que o líder evolucionista pretendia continuar a fazer política com o seu partido.

O Directório da União Republicana pretendia incluir o Partido Nacional Republicano (PNR) no acordo e manifestava a sua disponibilidade para integrar o futuro Governo, mas pretendia saber quais os desígnios da cada organização sobre a composição do Parlamento a eleger⁽⁵⁹⁾. Para José Relvas não havia motivos para marginalizar o PNR no novo quadro partidário que se pretendia criar e a remodelação prevista seria a base para uma nova composição social do Parlamento⁽⁶⁰⁾. No decurso do diálogo entre Relvas e os partidos, a União Republicana manifestou o seu

(57) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 133.

(58) *Carta de José Relvas para os directórios dos partidos*, 14-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.

(59) *Carta do Centro União Republicana para José Relvas*, 16-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.

(60) *Carta de José Relvas para o Directório do Partido da União Republicana*, 17-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.

empenho na organização de um bloco político conservador através do qual os seus dirigentes pudessem aumentar a sua influência política⁽⁶¹⁾.

Por seu lado, o PNR entrou em conversações com José Relvas e com os restantes partidos. Essa organização defendia a consolidação da República e a participação na «obra de ressurgimento nacional». Os seus líderes propunham a regularização da vida constitucional, a introdução do princípio da dissolução parlamentar, a defesa da liberdade e da tolerância religiosa e faziam a apologia da neutralidade do Estado republicano em matéria religiosa. Para além disso, eram adeptos da formação de uma representação proporcional no Senado de todas as classes sem exceção. Apresentando um conjunto de reformas sociais e políticas, o PNR admitia a possibilidade de fusão com outro partido de direita. Para os seus dirigentes só os conservadores se poderiam opor «à tendência radical do Partido Republicano Português e duma parte do Partido Evolucionista». Apesar de toda a sua abertura política, o PNR era desfavorável à sua absorção por qualquer outra organização. Comungando das preocupações de José Relvas sobre a crise que o país atravessava o partido sidonista acusava-o de ter dirigido um Governo de concentração apenas até à derrota dos monárquicos no Porto. Depois do 13 de fevereiro de 1919, o Ministério de coligação teria passado a agir contra esta organização⁽⁶²⁾.

O Diretório do Partido Democrático revelava a intenção de contribuir para facilitar a resolução dos problemas políticos e para garantir a tranquilidade da República. Esta organização lembrava que sempre agira no sentido da consolidação do regime e propunha-se trabalhar para a obtenção de um acordo partidário. Não comungando do pessimismo que se instalava na elite política, os Democráticos pensavam que ainda havia «soluções a tentar». Cientes das dificuldades políticas do momento, estes não pretendiam ocupar o poder e, por isso, comprometiam-se a não dificultar uma diferente solução governativa⁽⁶³⁾. Por outro lado, não aceitavam a dissolução do partido, por razões históricas⁽⁶⁴⁾. De entre o sistema partidário, os Democratas eram os que se encontravam melhor

(61) *Carta do Centro União Republicana para José Relvas, 20-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.*

(62) *Carta do directório do Partido Nacional Republicano para José Relvas, cx. 404, 21-3-1919, A.H.C.P.*

(63) *Carta do directório do Partido Republicano Português para José Relvas, 23-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.*

(64) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 144.

organizados, os que tinham uma base social de apoio alargada e os que dispunham de um programa político. Os unionistas e os evolucionistas não tinham coesão nem um muito grande enraizamento social. Estes partidos procuravam atrair os indiferentes e moderados para o seu campo procurando crescer politicamente. Nesse ensejo, António José de Almeida convidou Brito Camacho a integrar os unionistas no partido evolucionista⁽⁶⁵⁾, mas este desafio teria desagradado a Camacho. Pela dificuldade das negociações, a proposta de dissolução dos partidos fora abandonada numa altura em que também se esboçara uma aproximação entre democráticos e unionistas que a evoluir positivamente deixava o partido de António José de Almeida isolado. Na verdade, parece-nos que a incapacidade demonstrada pelas organizações para a formação de uma força conservadora levou ao insucesso da iniciativa de José Relvas. Sentindo-se abandonado pelos partidos temia ser «crucificado pelos políticos», ou admitia que pudesse ser alvo de um atentado. A sua vontade de abandonar o poder já se manifestara no momento da queda da Monarquia do Norte, mas nessa altura não pôde demitir-se, porque Canto e Castro também queria deixar a Presidência da República.

Em síntese, o Governo venceu as forças monárquicas, dissolveu o Parlamento sidonista, desarmou a polícia de Lisboa, reorganizou a delegação portuguesa na Conferência de Paz (afastando Egas Moniz e substituindo-o por Afonso Costa), inaugurou a política da «Nação para todos» e do «Estado governado pelos republicanos» e saneou a administração pública. Durante as conversações analisadas, para além da retórica, dominara o espírito de fação que contrariava a política nacional⁽⁶⁶⁾. Face ao impasse a que se chegou, o chefe do Governo previa o regresso do Partido Democrático ao poder como viria a suceder nas eleições em que este saiu vencedor, em 11 de maio de 1919. Apesar da sugestão de Moura Pinto (unionista) para que fosse José Relvas a dirigir a direita republicana, este não estava interessado em continuar na política, pois achava que cumprira os seus objetivos e desejava apenas regressar à sua Casa dos Patudos em Alpiarça.

Poderá parecer desinteressante a abordagem feita a conversações políticas fracassadas. Na verdade, delas nada resultou, mas não deixa de ser significativa a tentativa do chefe do Governo no sentido de evitar que

(65) José Adelino Maltês, *Tradição e Revolução...*, cit., vol. II, 205, p. 256.

(66) José Adelino Maltês, *Tradição e Revolução...*, cit., p. 149.

o poder caísse nas mãos dos Democráticos. A República nunca tinha tido uma direita organizada e a esperança de José Relvas consistia na formação de uma força conservadora com o objetivo de consolidar o poder político e de dar uma certa ordem à sociedade para que o «programa» republicano pudesse ser concretizado.

Conclusão

José Relvas era um político moderado e independente. Republicano histórico, não pôde rejeitar a direção do Governo num momento em que o país se encontrava envolvido numa guerra civil. Antes do 5 de outubro conspirou contra a Monarquia Constitucional, aderiu à República e integrou o Governo Provisório em 1910. Sentindo o apelo da política por um lado e desejando trabalhar como empresário agrícola inovador na sua propriedade por outro, acabaria por ser nomeado embaixador em Madrid primeiro e deputado e senador depois. Como se viu, em janeiro de 1919, formou um Ministério de coligação com o objetivo de restabelecer a ordem e a paz, derrotar as forças monárquicas, dissolver o Parlamento e realizar eleições. O seu Governo teve uma atividade legislativa intensa, reorganizou a administração do país, defendeu a República e tentou reformar a vida partidária com vista à formação de um novo executivo. Favorável a uma aliança dos evolucionistas com os unionistas era defensor de um Governo sustentado por estas organizações. Nesse sentido tentou superar as dificuldades estruturais da República que consistiam, entre outros aspetos, na ausência de um agrupamento político conservador forte. No outono de 1919, já sem Relvas no poder, as suas ideias inicialmente rejeitadas, foram reassumidas com a fusão de evolucionistas e unionistas no Partido Liberal. Esta era a grande organização política, que deveria alternar no poder com os democráticos⁽⁶⁷⁾.

O nosso biografado reconhecia que as conversações com todas as organizações políticas tinham mostrado que o velho sectarismo inviabilizava o seu projeto. Ao compreender que as tentativas feitas no sentido da obtenção de um compromisso entre os Diretórios partidários não tiveram efeitos práticos desistiu do poder. Reconhecendo

(67) *Nova História de Portugal...*, cit., p. 726.

a impossibilidade de concretização da sua proposta e não querendo presidir a uma vitória eleitoral dos democráticos pediu a demissão. O Ministério que dirigiu durou apenas dois meses – de 27 de janeiro a 30 março de 1919 –, mas apesar disso, teve um papel decisivo na Restauração da República e na destruição dos restos do sidonismo. A José Relvas sucedeu um novo Governo dirigido pelo Domingos Leite Pereira formado por cinco democráticos, três evolucionistas, dois unionistas e um socialista. A República iria entrar numa fase de grande instabilidade política e social que levaria à sua queda em 1926.